

Francisco Saturnino Rodrigues de Brito

* Obras Completas de Saturnino de Brito. Volume XX. Urbanismo - Traçado Sanitário das Cidades - Estudos Diversos, 1944, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, Brasil.

Em janeiro do corrente ano o jornal "A Reação", recorrendo a um amigo, pediu-me que colaborasse na série de pareceres que estava publicando sobre os melhoramentos desta Capital. Limitei-me a solicitar a atenção para alguns aspectos da questão. Aconselhado a repetir a publicação numa revista técnica, acrescento-lhe alguns exemplos e comentários, citando assuntos que merecem especial tratamento e que fazem parte das minhas habituais ocupações.

Em quase todos os tempos e cidades, - quando as rendas avultam e desaparecem no pagamento da burocracia aborrecedora e em despesas com o eleitorado vadio, - o "povo" clama pelos "melhoramentos". Os "planos" espontâneos aparecem então nas conversações e nos artigos de jornais; um ou outro agente executivo faz estudar apressadamente alguns desses melhoramentos e mais apressadamente trata de os executar de modo a inaugurar-los na sua administração, colhendo, eles mesmos, o fruto saboroso do louvor e alguma vez sentindo os espinhos da crítica justa ou, infelizmente, os da impertinência e da calúnia.

Se bem que o Rio de Janeiro haja sido uma das primeiras cidades do mundo com serviços regulares de água e esgotos (1864), pode dizer-se que até o governo de benemérito Rodrigues Alves os surtos de coragem para empreendimentos de vulto não lograram êxito real, embora alguns se fizessem sob o empuxo do progresso, contrariado pelos obstáculos dos rotineiros, pela falta de iniciativa dos que tudo esperam dos governos e pelo desânimo ou orientação hesitante dos governantes e dos capitalistas.

Vieram então (1903) os grandes empreendimentos com Pereira Passos, ajudado por Americo de Souza Rangel; com Lauro Muller, auxiliado por Francisco Bicalho e Paulo de Frontin... E vieram outros mais tarde. Recentemente (1922) um morro foi arrasado para ventilar-se a cidade e aumentar-se a área de terrenos planos que receberão, talvez, como *paravent*, blocos de casas com igual ou superior à do morro do Castelo...; Carlos Sampaio, com os seus engenheiros, entre eles Duarte Ribeiro, realizou uma aspiração quase secular - o saneamento e aformoseamento da lagoa Rodrigo de Freitas; e teria resolvido o problema do tráfego para uma região da cidade, perfurando-se os túneis necessários, se mais durasse o seu governo ou se houvesse um programa estabelecido, um plano de conjunto bem estudado e a administração pública já estivesse educada na escola da *continuidade*.

Toda essa pequena história está contada - saltando por sobre outras obras de valor e não lembrando outros nomes que se recomendam à gratidão da cidade, - apenas para chegarmos a este ponto de capital importância no momento: - a necessidade dos programas, dos planos gerais e da continuidade no respeito ao esquema estabelecido e na execução das obras correspondentes, até que se finde o prazo (15 a 30 anos) em que a revisão se fará com o mesmo critério impessoal que terá prevalecido na organização e na construção. De nada serve organizar-se um esquema geral se cada Prefeito tiver autoridade para alterá-lo discricionariamente.

Escusado é dizer que numa cidade como o Rio de Janeiro, - que topograficamente se divide em

zonas ou distritos bem distintos -, bastará fixar os elementos essenciais para o conjunto, e, então, certas zonas poderão ser *separadamente* tratadas, isto é, ter o *esquema do conjunto* e um *plano geral para cada zona*.

Há mais de 20 anos venho pedindo para isto a atenção dos meus colegas e das administrações públicas do país, repetindo os conselhos das melhores autoridades, e – à medida que os anos se sucedem e se aumenta o acervo de estudos feitos para muitas das nossas cidades, - não me tem parecido descabido citar também os argumentos da nossa experiência e dos exemplos na organização dos planos de abastecimento de água e de esgotos baseados numa razoável previsão de expansão das cidades e dos serviços a ela respondentes. Digo, de passagem, que nunca me considerei *town-planner* ou “urbanista”, e se tenho projetado arruamentos é apenas porque... não se pode prever a extensão dos esgotos sem traçar ruas por onde terão de passar. Não poderia cometer a outrem a tarefa, por serem curtos os prazos para os estudos e não serem conhecidos urbanistas indígenas que colaborassem com o engenheiro sanitário. Agora, os urbanistas surgem espontaneamente aqui, em São Paulo, em Recife...; alguns já se manifestam pelos *planos de conjunto* e assim terão compreendido o menor valor dos *planos fragmentários*, que são os estudados e executados até o presente, salvo algumas exceções, entre elas Belo Horizonte, que se fez à semelhança de Washington.

Tenho grande satisfação em reconhecer a etapa vencida no Brasil; apenas sente-se que a tara latinista agita os neófitos, na crítica e nos exageros de escola ou da moda (dos nossos urbanistas precoces alguns tem elaborado projetos à moderna; a maioria, porém é de “críticos” ou faladores do que leram sem assimilação). *A arte de traçar as cidades* não deve ser mal entendida e divorciada do senso econômico e das utilidades a que tem forçosamente de servir.

Esse é o principal aspecto da questão, para o qual, após a experiência pessoal, venho chamando a atenção dos meus colegas: - os traçados devem ser organizados de acordo com a topografia do terreno, não somente para o belo efeito das paisagens, mas *principalmente* para que os serviços sanitários, abastecimento de água) sejam facilitados e resultem econômicos na construção e no custeio. Num livro – *Le Tracé Sanitaire des Villes* – encontra-se a discussão

do assunto e o estabelecimento dos princípios correspondentes; apresentei em 1916 esta memória à Association Générale des Hygienistes et Techniciens Municipaux, da França, quando se ocupava da reconstituição das cidades devastadas pela guerra. O prefácio pelo eminente Sr. Dr. Ed. Imbeaux, e o acolhimento por outros distintos engenheiros de países estrangeiros, deram-me a segurança de que nos meus trabalhos deveria prosseguir na orientação que tomara, até que tenhamos “urbanistas” capazes de resolverem o problema integral, sob o seu duplo aspecto – o utilitário e o estético.

Sem esta capacidade especial, torna-se indispensável a colaboração de outros técnicos. À injunção de Camillo Sitti, para que o engenheiro que projeta arruamentos consista que o artista olhe o ombro e modifique algumas vezes a direção da régua e do compasso, junte-se o conselho para que o artista que projeto permita que o municipal e o sanitário também modifiquem algumas vezes o “pistolet” da estética, ou mesmo o substitua momentaneamente pela régua.

No acordo entre topografia e o traçado das ruas é de fundamental importância o estabelecimento das avenidas marginais aos cursos de água naturais ou canalizadas e o duma via pública, embora estreita, nos talvegues, sulcos ou depressões do terreno, de modo que aí sejam estabelecidos os canaletes ou os coletores pluviais e para ele afluam os tributários, sem se contrariar a ordem natural das coisas.

O esgoto sanitário seguirá também pelos talvegues, ao lado do esgoto pluvial.

A par desta indicação, tão simples e não seguida, lembramos outra mais complexa: - no traçado de novas cidades ou de novos arrebaldes a colaboração do engenheiro sanitário indicará o estabelecimento de ruas por onde seguirão os interceptores dos esgotos, separando-se a zona alta da zona baixa, para que os despejos da primeira sigam por gravidade até o destino final e somente os da segunda sejam elevados por meio de bombas.

Em alguns casos será enorme a economia no custeio, com essa providente separação.

Sobram exemplos, no mundo, dos inconvenientes pela não obediência a estes princípios; temo-los

aqui, nos subúrbios do Rio de Janeiro (para não falar da cidade antiga, onde a falta não pode ser considerada pecado); temo-los em São Paulo, etc.

Os traçados, ainda hoje, fazem-se ao acaso, aos caprichos dos proprietários, e, agora, às fantasias dos estetas, sem nenhuma preocupação no sentido de se evitarem aqueles graves defeitos.

Alguns dos problemas municipais não se podem resolver sem prévios estudos metódicos durante muitos anos. Neste caso estão, no Rio de Janeiro, os problemas relativos ao regime da lagoa Rodrigo de Freitas e cursos tributários (já resolvido), o dos afluentes para o Canal do Mangue (que deveria ter sido prolongado, em 1904, até a Lapa), e o dos cursos que descem para a baía de Manguinhos.

O ex-prefeito Leite Ribeiro mandara fazer observações na lagoa Rodrigo de Freitas (infelizmente interrompidas por ordem do seu sucessor), que muito serviram para o estudo do regime das águas e para os projetos que organizei por deliberação do ex-prefeito Carlos Sampaio; as obras estão quase concluídas e das novas observações que se fizerem resultarão proveito para o acerto na resolução de problemas análogos. A canalização dos outros cursos de água, acima referidos, evitando-se inundações ordinárias, dependerá das medições das descargas respectivas, serviço este que deveria ter sido iniciado há anos. Para isso tem a Prefeitura pessoal competente e diligente. Sem isso o plano que se fizer agora, - supondo que o efervescente entusiasmo dê resultado -, deverá ter margem para que possa ser corrigido após o conhecimento dos fatos e antes da construção das obras.

Outros melhoramentos independem de planos gerais e apesar disso alguns não estão feitos e a

sua falta vem causando grandes incômodos ou males evidentes. Exemplo: desde a fundação da cidade o lixo serve de aterro; edificações se fazem sobre terreno de lixo, mal reduzido, parcialmente imerso na água em que foi atirado... O que vai para a ilha da Sapucaia está fechando a baía de Manguinhos, e do alto das ameias do Instituto Oswaldo Cruz vê-se o mal que progride sem protestos...

Fala-se em mandar vir um *town-planner*, inglês, francês ou alemão¹. Que venha; mas, antes de ser encarregado do serviço diga, em parecer, o que pensa ou como penso do nosso caso. Efetivamente, se aqui chegar uma celebridade no propósito de "bouleverser" a cidade e o terreno, e de fazer projetos "futuristas", perderemos tempo e dinheiro, pois ficará tudo no papel, e com boas razões. Um desses projetos, para nova cidade sul-americana, apresenta tudo grandioso, visando novos hábitos, no futuro, entre eles terem os blocos de edifícios terraços no teto para o serviço dos aeroplanos, elevadores para os automóveis, etc. Que façam um plano geral exequível; que por disposição legal tenha de ser obedecido pelos proprietários e pelos prefeitos; que sejam admitidas as alterações por processos regulares e não por altos discricionários, e que a revisão se faça em prazos determinados, para se acompanhar o desenvolvimento da cidade, de acordo com as novas aspirações de conforto, de higiene e de progresso.

Há razões, porém, para se duvidar duma iniciativa sensata e eficiente, nada apressada, e do respeito e continuidade na administração. O passado e o conhecimento da educação política dos nossos administradores não permitem prognósticos favoráveis; mas também não os dá desanimadores.

¹ Estas linhas foram escritas e publicadas em janeiro, antes de ser convidado o ilustre arquiteto M. A. Agache.